

EDUCAÇÃO NO/DO CAMPO: A PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA E O ENSINO INTEGRADO

Adelcio Menezes de SOUSA¹

Rosineide Pereira Mubarack GARCIA²

RESUMO

Apresenta-se neste trabalho, a sistematização de discussões proferidas durante o III Colóquio Internacional de Ciências Sociais da Educação, ocorrido na Universidade do Minho (UMinho) em Braga, Portugal. Na oportunidade, abordou-se o processo formativo ofertado gratuitamente pela Casa Familiar Rural de Presidente Tancredo Neves (CFR-PTN), instituição de educação profissional técnica de nível médio que disponibiliza o Curso Técnico em Agropecuária integrado ao Ensino Médio para filhos de agricultores familiares de 69 comunidades rurais de municípios do Baixo Sul da Bahia e sua conexão com a temática da conferência “Infância(s) e Juventude(s) na Sociedade e Educação Contemporâneas”, destacando-se o arrimo da matriz curricular da referida unidade escolar cuja missão é a contribuição na efetivação do jovem no campo com qualidade de vida. Esta narrativa se propõe a descrever o processo formativo da Instituição, assim como propagar suas ações e metodologias. Desse modo, no atual contexto do ensino rural brasileiro, nota-se na CFR-PTN, uma experiência singular caracterizando-se como um centro de formação exitoso que atende os anseios dos alunos e suas famílias.

Palavras chave: Casa Familiar Rural. Educação. Campo.

¹ Mestre em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), Tutor Virtual na UFRPE.

² Doutora em Educação. Professora Associada da UFRB, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social.

RURAL EDUCATION: ROTATION PEDAGOGY AND INTEGRATED EDUCATION

ABSTRACT

A systematization of the discussions held during the 3rd International Colloquium of Social Science Education, which took place at the University of Minho (UMinho) in Braga, Portugal, is presented in this article. The educational process provided free of charge by the Presidente Tancredo Neves Rural Family House (CFR-PTN) was considered on this occasion. CFR-PTN is a technical professional secondary education institution that provides an Agriculture and Cattle-Raising Technical Course integrated with High School for the sons and daughters of family farmers from 69 rural communities in municipalities of the Southern Bahia Lowlands. It was linked to the conference topic “Childhood and Adolescence in Society and Contemporary Education”, highlighting the curricular support of this educational unit whose mission is contributing towards establishing young people in the countryside with quality of life. This text describes the institution’s educational process, and how to replicate its actions and methodologies. Therefore, in the current context of Brazilian rural education, a unique experience characterized as a successful educational center that meets the needs of the students and their families is observed at CFR-PTN.

Keywords: Rural Family House. Education. Countryside.

1 INTRODUÇÃO

Para além de uma categoria teórica cercada por apropriações e disputas, a educação centraliza-se num espaço político e polissêmico. Tratando-se especificamente da educação ofertada à população campesina, desafios colossais se apresentam. Hodiernamente, raros são casos de notório êxito na educação do e no campo, a exemplo de Sobral no Ceará e curiosamente, outros destaques da região nordeste do País. Rotineiramente, os estudos apontam para um cenário desolador, dados do Censo Escolar do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) divulgados em 2014, informa que 4.084 escolas do campo encerram suas atividades, na última década, esses números chegam a 37 mil unidades educacionais a menos no meio rural. Poucas experiências têm andado na contramão deste panorama.

Consequência de luta e resistência, sobretudo dos movimentos sociais, instituições e sociedade civil organizada, a Educação no e do Campo, assim como as demais iniciativas para a população campesina passaram a fazer parte da gama de políticas públicas para os sujeitos do campo. Tal destaque é resultado do enfrentamento da cultura dominante na sociedade brasileira que insiste em afirmar que o campo é lugar de atraso e decadência. Foi preciso uma intensa obstinação e aguerrimento para garantir políticas públicas direcionadas à educação e para além disso, que contemplasse a valorização da história, o saber local, o jeito de viver e produzir, que reforçasse a identidade do campo.

Os dados oficiais disponíveis atualmente relativos aos indicadores educacionais evidenciam a disparidade entre o campo e a cidade. A clara desvantagem do campo em relação às escolas urbanas expõe a efetividade das políticas públicas direcionadas ao primeiro, estas políticas tiveram atuação pífia e não deram conta de promover a tão sonhada equidade educacional. Estudos sobre Educação no país, revela o quão emblemático tem sido a universalização das políticas públicas educacionais para o meio rural, apesar dos avanços recentes, ainda sobre carência generalizada (SOUSA; GARCIA, 2017).

Dentre as iniciativas que se propõe a mitigar esse cenário desolador que a juventude rural está exposta, destaca-se aqui, o processo formativo desenvolvido pela Casa Familiar Rural de Presidente Tancredo Neves (CFR-PTN), instituições de Ensino credenciada pelo Conselho Estadual de Educação (CEE), ofertante do Curso Técnico em Agropecuária integrado ao Ensino Médio.

O processo formativo desenvolvido dura três anos, tem como Pedagogia base, a realizada em Alternância, nesse modelo o estudante passa uma semana em período integral, com aulas na sala, adquirindo os pressupostos teóricos e no campo, praticando os conhecimentos - esse período é conhecido como tempo-escola; e duas na propriedade de sua família, aplicando os novos conhecimentos sob a orientação e acompanhamento de um monitor, que realiza periodicamente visitas técnicas às propriedades, a esse ciclo é conhecido como tempo-comunidade.

Este texto propõe uma discussão referente atuação CFR-PTN e seu processo formativo, no contexto das políticas educacionais e suas configurações. Além desta seção com os breves aspectos introdutórios é apresentado os pressupostos do percurso e ponderações educacionais, o estado da arte da pedagogia da Alternância, base do processo formativo da Casa Familiar Rural de Presidente Tancredo Neves, as características individuais do território geográfico e de identidade do Baixo Sul da Bahia, assim como, sintético resultado institucional. Por fim, serão apresentadas as considerações finais percorrendo sobre os pontos observados na realidade estudada.

2 PERCURSO E PONDERAÇÕES EDUCACIONAIS

Nas últimas décadas do século passado inúmeras transformações foram potencializadas no Brasil, destaca-se principalmente a metamorfose ocorrida no espaço rural. Processo significativamente dicotômico e excludente, característica comum no modelo capitalista. De um lado, avança a modernização da agricultura patrocinada especialmente pela Revolução Verde, com a inserção da tecnologia no campo, incentivando a modernização agrícola, sobretudo através do crédito subsidiado, tem-se talvez, o único indicador de crescimento da produção agrícola. Fator que torna o terreno fértil para a consolidação do agronegócio brasileiro. Na outra vertente, agricultores familiares, geralmente com áreas restritas para a produção, incapazes de competir com os latifúndios, eram obrigados a migrar para os centros urbanos e tornar-se assalariados em subempregos.

Assim, nas palavras de Sader (2003, p. 20), o contexto rural brasileiro estruturou-se em “três camadas sucessivas de formas de organização da sociedade (que) produziram e reproduziram sucessivamente as desigualdades”: o latifúndio, a industrialização e a financeirização da economia.

O avanço tecnológico no campo, do ponto de vista social potencializou as desigualdades nesse espaço geográfico, sendo traduzido em êxodo rural, obsolescência do campo e precarização de políticas públicas em estado principiante, a exemplo da educação.

Para Freire (1987), está em curso o chamado de concepção “bancária” de educação. Nesse modelo distorcido de educação, não há criatividade, não há transformação, conseqüentemente, não há autonomia. Os trabalhadores, especialmente a população campestre, não são incentivados a questionar e transformar a realidade da qual fazem parte e olham a cidade como única opção.

De acordo com Niskier (1996) e Furtado (2004), o ensino nas áreas rurais apresenta as maiores percentagens de reprovação, ausência às aulas, número de professores leigos³ e distorções idade-série. Para os autores, dentre os fatores que corroboram com este cenário, estão algumas deficiências como carência de recursos didáticos, baixa remuneração dos profissionais, falta de esforço das autoridades e a não adoção da lei que permite a adaptação do período letivo ao calendário agrícola (Lei 5692/71).

O campo, de lugar esquecido e à margem das políticas públicas, inclusive as educacionais, mais adiante ganha o caráter de tranquilidade, bucólico, apenas como forma de fuga rápida e temporária da urbanidade passa a receber o mínimo de atenção do Estado com a aprovação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, sancionada em 25 de dezembro de 1996, em vigor até os dias de hoje.

Tratada no capítulo II, em particular no art. 28, a educação para a população rural deve observar algumas especificidades, principalmente relacionadas aos sistemas de ensino que deverão promover as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; adequação à natureza do trabalho na zona rural (FURTADO, 2004).

A LDB constitui-se um marco legal que absorveu as políticas públicas educacionais, tendo abarcado as peculiaridades da educação para a população rural, estimulando assim, a ampliação de inúmeras iniciativas educacionais no campo já implantadas no Brasil, entre elas destaca-se a

³ Profissional que exerce o magistério sem possuir a habilitação mínima exigida e/ou professores que atuam nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio sem o curso superior de licenciatura plena na área específica de atuação. Os autores Niskier (1996) e Furtado (2004) referem-se à primeira condição. AUGUSTO, M. H. Professor Leigo. Disponível em: <<https://gestrado.net.br/verbetes/professor-leigo/>>. Acesso em 20 de agosto de 2019. Georingá: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia Maringá, v. 13, n. 1, p. 5-20, 2021 ISSN 2175-862X (on-line)

consolidação das Escolas Famílias Agrícolas e as Casas Familiares Rurais que tem a Pedagogia da Alternância como metodologia base.

2.1 A PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA

A pedagogia da alternância surgiu na França em, 1935 como Casa Familiar Rural no povoado de Lot et Garonne. A iniciativa partiu de um grupo de pais agricultores que buscavam solucionar dois grandes problemas. De um lado, as questões relacionadas ao ensino regular que, por ser direcionado para as atividades urbanas, levava os adolescentes camponeses a abandonar a terra. E de outro lado, a necessidade de fazer chegar ao campo à evolução tecnológica de que precisavam. Criaram então a primeira “Casa Familiar Rural”, lá chamada de Maison Familiale Rurale, onde os jovens passavam duas semanas recebendo conhecimentos gerais e técnicos voltados para a realidade agrícola regional e duas semanas nas propriedades rurais, aplicando os conhecimentos recebidos, tal prática foi chamada de “Pedagogia da Alternância” (GIMONET, 2007).

A pedagogia da alternância é uma metodologia de organização do ensino escolar que agrega diferentes experiências formativas difundidas ao longo de tempos e ambientes distintos, seu intuito é uma formação profissional (TEIXEIRA et al., 2008). Trata-se de uma proposta pedagógica, ainda pouco difundida no Brasil. Ela foi criada em decorrência da observação de alguns agricultores franceses, perante a rejeição e desmotivação de seus filhos, em face da pedagogia desenvolvida nas escolas urbanas que frequentavam (QUEIROZ et al., 2006).

Tendo como metodologia base os processos educativos alternados, que ocorrem nos viveres e saberes difundidos entre tempo-escola e tempo-comunidade, as escolas conhecem e adotam a alternância como potencialização do processo educativo. Uma vez que, é uma pedagogia que não nega a autonomia do sujeito, e que tem como objetivo o desenvolvimento do jovem do campo de forma integral tanto no aspecto profissional quanto intelectual. O desenvolvimento dessa pedagogia visa atender especificamente os adolescentes do meio rural. Assim ressalta-se no adolescente o senso de responsabilidade, a criatividade individual, a valorização do trabalho em equipe além de incentivar responsabilidade, cooperação e solidariedade (QUEIROZ et al., 2006).

A solidificação da Pedagogia da Alternância e sua utilização, sobretudo por escolas do e no campo tem provocado profundos debates nos últimos tempos. Esse modelo de pedagogia propõe

uma formação que parte de um processo de construção do conhecimento entre os diversos atores da comunidade escolar, o jovem/aluno, a família e o monitor. O monitor geralmente é um profissional das Ciências Agrárias que acompanha o processo educacional do jovem durante os três anos de formação, realizando visitas na unidade-família, estabelecendo uma relação de confiança, disciplina e respeito, cabe a ele nortear o jovem, influenciá-lo e inserir a unidade-família no processo de formação do jovem. Aqui os componentes curriculares são elaborados de acordo com a realidade do educando, facilitando o aprimoramento da qualidade da produção agrícola (OLIVEIRA, 2013).

Tem-se como marco da vinda da Pedagogia da Alternância para o Brasil, a década de 1960, trazida da Itália sob influência das Escolas Famílias Agrícolas (EFAs). O primeiro estado brasileiro a implantar a experiência foi o Espírito Santo - ES, sobre a intermediação da Igreja Católica assim como na França (OLIVEIRA, 2013). Nesse contexto, ocorreu a fundação do Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo (MEPES) em 1968, que é uma entidade civil mantenedora das EFAs, que se caracteriza como uma organização filantrópica e sem fins lucrativos de inspiração Cristã (ANDRADE; ANDRADE, 2012).

O movimento da Pedagogia da Alternância no Brasil está dividido em dois momentos distintos: de um lado, o movimento das EFAs, influenciado pelas experiências italianas, de outro lado o movimento que reúne as Casas Familiares Rurais (CFRs) (ESTEVAM, 2003). Embora as EFAs, desenvolvam suas metodologias a partir da Pedagogia da Alternância, há uma diferença quanto a organização do tempo/escola e tempo/família dos jovens em relação as CFRs. Na primeira os alunos ficam quinze dias na escola e quinze dias na propriedade, com a família. Já na segunda o educando permanece uma semana na escola e duas semanas com a família.

O processo de implantação das CFRs no Brasil se deu por outro viés histórico. No final da década de 1970, uma equipe governamental do Ministério da Educação ficou conhecendo a experiência numa viagem realizada à França. Após conhecerem o funcionamento das CFRs iniciaram as discussões para a implantação de uma unidade no Brasil (OLIVEIRA, 2013).

A primeira região a receber uma CFR, foi o Nordeste no estado de Alagoas, mais precisamente, o município de Arapiraca, na década de 1980. Mas por conta de uma série de problemas políticos daquele município, a instituição foi fechada. Contudo, outras regiões brasileiras também se interessaram pela proposta de ensino por alternância.

No Território do Baixo Sul da Bahia, a origem das CFRs está relacionada com a concentração das atividades da Fundação Odebrecht nessa região. A Instituição envolveu inúmeros atores coordenados pelo Programa de Desenvolvimento e Crescimento Integrado com Sustentabilidade – PDCIS, que a partir do ano de 2003 por meio de um modelo de Governança Participativa, ou seja, envolvendo a comunidade, o Poder Público (Governos Federal, Estadual e Municipal), iniciativa privada e sociedade civil, iniciou a implantação das referidas unidades de ensinos. (FUNDAÇÃO ODEBRECHT, 2018).

2.2 CARACTERÍSTICAS TERRITORIAIS

O Território Baixo Sul da Bahia abrange uma área de 7.168,10 Km² e é composto por 14 municípios: Aratuípe, Cairu, Camamu, Igrapiúna, Ituberá, Jaguaripe, Gandu, Nilo Peçanha, Taperoá, Teolândia, Valença, Wenceslau Guimarães, Piraí do Norte e Presidente Tancredo Neves. A população total do território é de 359.121 habitantes, dos quais 168.061 vivem na área rural, o que corresponde a 46,79% do total. Possui 22.048 agricultores familiares, 1.412 famílias assentadas, 39 comunidades quilombolas e 1 terras indígenas. Seu IDH médio é 0,63 (SEAD, 2018). Localizado a cerca de 300 km da capital do Estado da Bahia, o Baixo Sul é uma das regiões mais antigas do Brasil. Conserva ainda um dos últimos remanescentes da Mata Atlântica, rico em biodiversidade, além de cerca de 120.000 hectares de canais de estuários e manguezais, berçário da vida marinha. Por isso, se constitui hoje em uma das áreas de maior relevância para a preservação ambiental do planeta.

O Baixo Sul é uma região com riquezas naturais (água abundante, remanescente de florestas, clima agradável e solos férteis, se convenientemente manejados) e o potencial humano (representado pela população jovem e em idade produtiva). Contrapondo-se à exuberância natural, à rica história, ao valioso patrimônio cultural e à larga potencialidade econômica, existe a pobreza da população, no litoral e no interior, exibindo o claro paradoxo Riqueza versus Pobreza. A pobreza alcança mais de 50% da população e a região possui um IDH de 0,63 (IBGE, 2010).

Dentre seus graves problemas, destacam-se: atividade rural de subsistência, sem acesso às novas tecnologias; degradação do meio ambiente; ausência de perspectivas profissionais, em especial, para os jovens do meio rural; a exploração do trabalho infantil; crescimento do êxodo rural e a inexistência de condições materiais adequadas para os pequenos agricultores familiares.

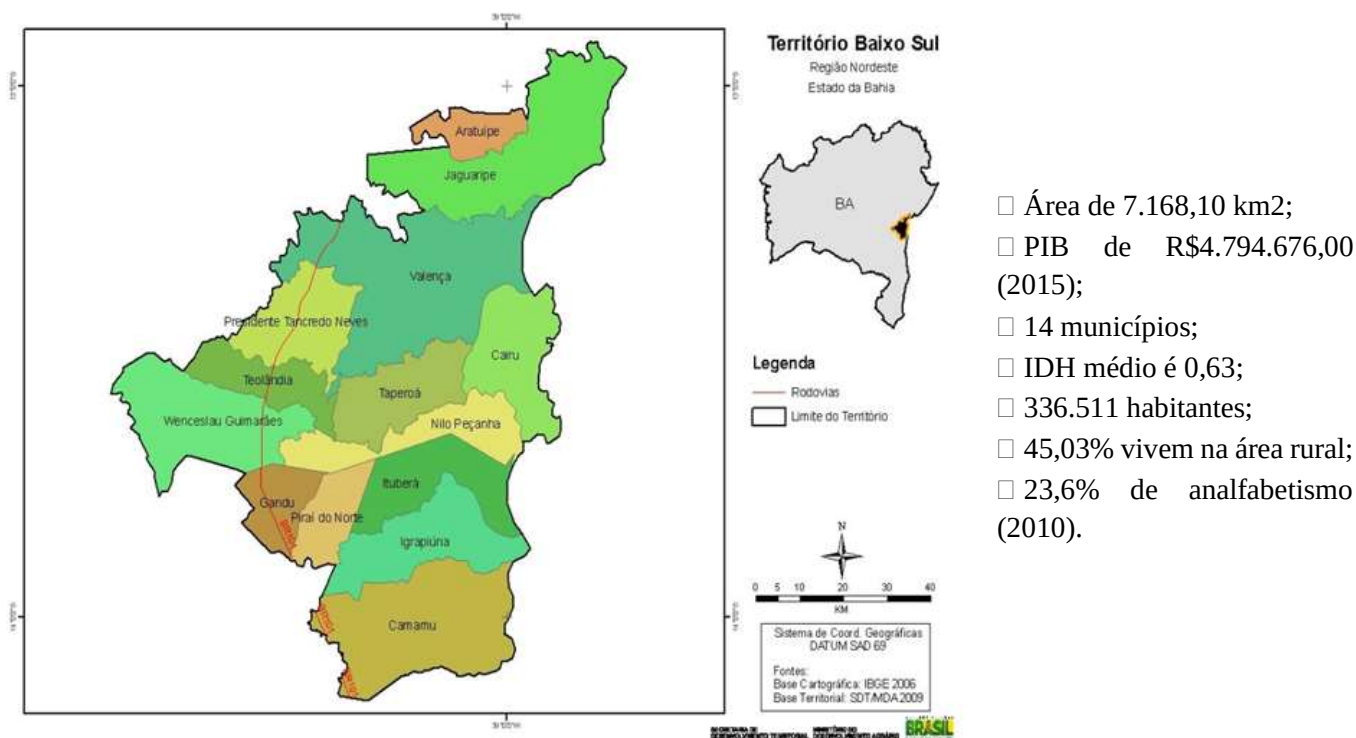


Figura 1: Mapa e dados do Território Baixo Sul

Fonte: IBGE, (2018) com adaptações

2.3 DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

Trata-se do processo formativo ofertado pela CFR-PTN, instituição de Educação Profissional, formada por uma Associação de Pais e agricultores familiares, qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), regida por seu Estatuto Social e Regimento Escolar. Situada na Fazenda Novo Horizonte, BR 101, Km 315, no município de Presidente Tancredo Neves - Bahia.

Fundada em agosto de 2002, a partir do convênio firmado entre a Prefeitura Municipal de Presidente Tancredo Neves e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), a execução de seus projetos iniciou-se em junho de 2003. Desde então, Instituição, integrante Programa de Desenvolvimento e Crescimento Integrado com Sustentabilidade (PDCIS), coordenado pela Fundação Odebrecht tem o apoio de Parceiros públicos e privados para custeio de suas atividades.

De acordo com o Banco de Tecnologias Sociais da Fundação Banco do Brasil (FBB)⁴, o processo formativo ofertado no âmbito do Curso de Educação Profissional Técnica em Agropecuária integrada ao Ensino Médio por meio da Pedagogia da Alternância. Trata-se de uma formação com períodos alternados de vivência e estudos compreendendo o tempo-escola (sede da CFR-PTN) e o tempo-comunidade (na Unidade-família). Busca-se promover a Educação de qualidade a jovens residentes no campo, oriundos de 06 municípios do Baixo Sul baiano compreendendo aproximadamente 70 comunidades rurais. Trabalha em sintonia com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), com foco no ODS 1 - Erradicar a pobreza; 4 - Educação de qualidade; 8 - Trabalho e crescimento econômico; 10 - Redução das desigualdades e 13 - Combate as alterações climáticas.

A Instituição por meio da Pedagogia da Alternância, períodos alternados de vivências e estudos no tempo-escola e na Unidade-família, acompanhados pelos monitores/educadores, permite uma formação integral entre teoria e prática. Alia ainda metodologias específicas buscando o completo desenvolvimento do jovem, sua unidade-família e sua comunidade.

A metodologia base compreende o ensino técnico e formal, visitas mensais à unidade-família, implantação de projetos educativos-produtivos/socioprodutivos (um módulo de 1 a 3 hectares de culturas comercializadas pela cooperativa local, aipim, banana tipo terra, mandioca e abacaxi), assim como de outras culturas da região como a graviola, mamão, olericultura, criação de aves, abelhas, entre outras, seminários rurais, dias de campo, ações multiplicadoras, visitas constantes de centros de pesquisa agropecuárias e participação em demais espaços.

Nesse contexto, as ações da CFR-PTN se propõem a oferecer uma educação contextualizada e fomento do desenvolvimento sustentável, almejando um cenário mais animador quanto ao êxodo rural e a obsolescência do campo. O curso tem duração de três anos de formação, acontece em sintonia com a Educação do Campo e veio suprir uma necessidade da região, pois a matriz curricular tem como base a Educação pelo Trabalho e o Trabalho como princípio educativo. Busca-se promover a Educação de qualidade a adolescentes em estado acentuado de exclusão e vulnerabilidade social, estimulando a fixação no campo.

⁴ Banco de Tecnologias Sociais – BTS constitui-se numa base de dados criada e mantida pela Fundação Banco do Brasil no site <http://tecnologiasocial.fbb.org.br/> e congregam as tecnologias sociais certificadas em processo de chamamento público e análise sistemática e compreende “produtos, técnicas ou metodologias reaplicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que representem efetivas soluções de transformação social”.

Com 16 anos, a escola tem contribuído para a transformação de muitas realidades, estando apoiada em um tripé que a diferencia das demais escolas existentes: Ensino técnico; Empreendedorismo e correlação entre teoria e prática. Esse sistema de alternância permite que o jovem passe duas semanas na sua propriedade rural e uma semana de forma integral na escola, durante as duas semanas o jovem e sua unidade-família recebem uma visita de um profissional da CFR-PTN, geralmente um monitor-educador (Engenheiro Agrônomo). O diferencial dessa visita está no fato da unidade-família poder acompanhar mais de perto o desempenho do jovem proporcionando o envolvimento de todos no processo educativo, a escola acredita e valoriza a importância da família como suporte e fortalecimento no processo socioeducativo.



Figura 2: Mapa ilustrado da Fazenda Novo Horizonte, sede da CFR-PTN

Fonte: Acervo da Instituição, (2017).

A Instituição mantém ainda, estreita parceria com a Cooperativa dos Produtores Rurais de Presidente Tancredo Neves (COOPATAN) para viabilizar um círculo virtuoso que contempla educação contextualizada, produção e comercialização com preço justo, sendo organizações reconhecidas regionalmente no fomento das cadeias produtivas regional, no combate ao êxodo rural e na geração de renda através da inserção do educando no processo educacional e produtivo (SOUSA; GARCIA, 2017).



Figura 3: Tempo-Escola

Fonte: Acervo da Instituição, (2017).



Figura 4: Tempo-Comunidade

Fonte: Acervo da Instituição, (2017).

2.4 RESULTADOS

Dentre os principais resultados alcançados pela Instituição, observados ao longo da pesquisa estão descritos a seguir:

a) Jovens Formados: o resultado desses últimos 16 anos é a formação de 361 no curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio, qualificados para a permanência no campo e a Agricultura Familiar, empreendedores rurais inseridos em 11 Municípios do Baixo Sul da Bahia;

b) Jovens em Curso: buscando a excelência no ensino, 112 jovens estão em formação, aprofundando os conhecimentos para socialização com a comunidade e região;

c) Destaques educacionais e produtivos: no âmbito do processo formativo consolidados a média 7,0 nas disciplinas da Base Nacional Comum, ainda assim, muito superiores as estabelecidas nas escolas regulares do município, estabelecidas em 5,0 em algumas e 6,0 nas demais. Já no âmbito da Base Técnica, alcançou-se a implantação de 235 projetos educativos-produtivos, ou seja aproximadamente 216,15 hectares foram cultivadas com as culturas de Banana tipo terra, mandioca, aipim, abacaxi e maracujá, além de Avicultura e Suinocultura. Dessa forma, houve um incremento de renda médio para as unidades-famílias no patamar aproximado de R\$ 1,853,10 mensais. Foram realizados ainda, 211 ações multiplicadoras, mobilizando 5.643 agricultores familiares de 69 comunidades rurais de 06 municípios do Baixo Sul da Bahia;

d) Parcerias: Reconhecimento do trabalho desenvolvido, firmando parcerias com Órgãos e entidades municipais, estaduais e nacionais e até Internacional, a exemplo da Prefeitura Municipal de Presidente Tancredo Neves - através do Conselho/Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente; Governo do Estado através da Secretaria Municipal de Educação (SEC-BA); Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); Programa Criança Esperança/TV Globo e UNESCO, Mitsubishi Corporation, Braskem e Fundação Banco do Brasil.



Figura 5: Sistematização da experiência

Fonte: Acervo da Instituição, (2017).

Em observações baseadas em documentos institucionais demonstram que processo formativo desenvolvido contrapõe-se fortemente à prática educativa conduzida historicamente de forma fragmentada e com a relação teoria-prática dicotomizada ou sobrepostas, verifica-se seguramente uma conexão sólida entre o saber sistematizado e o saber não-sistematizado de forma interdisciplinar.

O infográfico apresentado na figura acima sistematiza a metodologia do centro de formação que compreende ações para além do tempo-escola e tempo comunidade. Alia formação, Geongá: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia ISSN 2175-862X (on-line)

acompanhamento pedagógico, envolvimento da unidade-família, atividades práticas, assistência técnica e extensão rural, diferenciais importantes que credita proeminência na iniciativa.

Em síntese, a instituição tem a práxis pedagógica amparada no trabalho como princípio educativo, fomentando a geração de trabalho e renda e o compromisso com o meio ambiente visando transformação social e econômica, evitando o grande fluxo do êxodo rural campo através de ações associativista e cooperativismo.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todo e qualquer estudo sobre juventude na sociedade contemporânea deve considerar um olhar mais atento às suas lutas, sonhos, angústias e o seu lugar junto à família. Como já largamente disseminado por inúmeros autores, é imprescindível pensar nos problemas e nas perspectivas possíveis, materializando em políticas públicas, sobretudo, no campo educacional capazes de abarcar a efusiva necessidade desses sujeitos.

Permaneceu por muito tempo, a visão do campo como um lugar atrasado no Brasil, carente de políticas públicas eficientes e de uma educação que valorize o povo campestre e que fosse capaz de transformar o sujeito, dando a ele a oportunidade de autonomia necessária para se tornar sujeito autônomo, atuante e capaz de criar suas próprias oportunidades.

Tratando-se especificamente da juventude campestre, esses sujeitos vivem um constante dilema, vivendo constantemente na fronteira entre manter-se no campo ou migrar para os centros urbanos à procura de melhores condições de vida. Permanecer no campo significa encarar todo estigma e realidade de privações que esse espaço geográfico carrega por anos de obsolescência, principalmente pela ausência do Estado. Escolher migrar para as cidades traz outras sérias consequências como enfrentar o crescente desemprego, a pobreza e a violência, além de conviver com a desfiguração do seu modo de vida.

Nesse contexto, iniciativas que se esforçam para atender as demandas ou mitigar esse cenário desolador que a juventude rural está exposta devem ser propagadas, inclusive no espaço acadêmico. A CFR-PTN ocupa um campo promissor na oferta de educação diferenciada e contextualizada com as necessidades deste público-alvo.

4 REFERÊNCIAS

ANDRADE, G. S.; ANDRADE, E. S. Historiando a pedagogia da alternância e a escola família agrícola do sertão da Bahia. Caderno temático V: Educação, Escolas e Movimentos Sociais do/no Campo. **Revista eletrônica de Cultura e Educação: Entrelaçando**. N. 6, Volume 2, Ano III (2012), p. 61-72. Agência de Notícias do Baixo Sul. Disponível em: <<http://www.baixosul.org.br/modulos/infoInstitucionais/index.php>>. Acesso em 02 de novembro de 2017.

CASA FAMILIAR RURAL DE PRESIDENTE TANCREDO NEVES. Disponível em: <http://www.coopatan.com/site/index.php?option=com_content&view=article&id=65&Itemid=77>. Acesso em 02 de novembro de 2017.

ESTEVAM, D, O. **Casa Familiar Rural: A formação com base na Pedagogia da Alternância**. Florianópolis: Insular, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FUNDAÇÃO ODEBRECHT. Disponível em: <<http://www.fundacaoodebrecht.org.br/PDCIS/Iniciativas/>>. Acesso em 05 de novembro de 2017.

FURTADO, E. D. P. **Estudo sobre a educação para a população rural no Brasil**. PROYECTO FAO; UNESCO; DGCS ITALIA; CIDE; REDUC, 2004. Disponível em: <http://red-ler.org/estudio_educacion_poblacion_rural_brasil.pdf>. Acesso em 20 agosto de 2017.

GIMONET, J. C. . **Praticar e compreender a Pedagogia da Alternância dos CEFAs**; tradução de Thierry Burghgrave. Petrópolis, RJ; Vozes, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA (IBGE). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidades/topwindow.htm?>>. Acesso em 05 de novembro de 2017.

NISKIER, A. **LDB: A nova lei da educação: tudo sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: uma visão crítica**. Rio de Janeiro: Consultor, cop, 1996. 305p.

OLIVEIRA, A. P.. **Casa Familiar Rural e Pedagogia da Alternância**: Uma metodologia viável para a educação no campo. II Encontro de Pesquisas e Práticas em Educação do Campo da Paraíba. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa- PB, 2013.

QUEIROZ, J. B. P., SILVA, V. C., PACHECO, Z.. **Pedagogia da alternância**: construindo a educação do campo. Goiânia: Ed. Da UCG; Brasília: Ed. Universa, 2006.

TEIXEIRA, E. S., BERNARTT, M. L., ALVES, T. G. **Estudos sobre Pedagogia da Alternância no Brasil**: revisão de literatura e perspectivas para a pesquisa Educação e Pesquisa. Recuperado de: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=29811390002>>. Acesso em 10 de novembro de 2017.

SADER, E. **Ser de esquerda**. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 18 maio 2003. Disponível em: <www.uerj.br>. Acesso em 20 de agosto de 2019.

SECRETARIA ESPECIAL DE AGRICULTURA FAMILIAR E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - **SEAD**. Disponível em: <<http://sit.mda.gov.br/download.php>>. Acesso em 10 de novembro de 2017.

SOUSA, A. M.; GARCIA, R. P. M.. Pedagogia da alternância como base do processo formativo da casa familiar rural de Presidente Tancredo Neves/Bahia: potencialidades e limitações. In: **Seminário Gepráxis, Vitória da Conquista – Bahia – Brasil, v. 6, n. 6, p 14-25, 2017**. Disponível em: < <http://periodicos.uesb.br/index.php/semgepraxis/article/viewFile/7196/6980>>. Acesso em 10 de novembro de 2018.

Data de recebimento: 09 de outubro de 2020.

Data de aceite: 13 de dezembro de 2020.